

Na pluralidade, alguns padrões temáticos e discursivos: uma análise qualitativa sobre a produção do PPGHIS/UnB (1979-2006)

Eric Sales

Universidade de Brasília
Brasília – Distrito Federal – Brasil
malkerik@yahoo.com.br

Resumo: Um esforço inicial de exame crítico da produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História (PPGHIS) da Universidade de Brasília (UnB) foi o que procuramos realizar no presente artigo¹. Enfocamos a dimensão qualitativa das dissertações e teses produzidas naquele espaço institucional em trinta anos de funcionamento. O propósito em conhecer a história da história produzida no programa exigiu-nos ainda uma leitura atenta às relações de poder, às regras e técnicas que presidiram a elaboração das dissertações e teses, em cada um dos 03 (três) momentos do PPGHIS/UnB: 1976 a 1993; 1994 a 2003 e 2004 a 2006. Na topografia de interesses teóricos, metodológicos, temáticos, espaciais e cronológicos que compõem o desenho do programa, as evidências de uma cultura historiográfica singular, marcada pela diversidade e, ao mesmo tempo, também pela unidade que igualmente a identifica. Esta se anuncia em alguns padrões temáticos, como a permanência da história política, vocação primeira do programa, e o predomínio da história do Brasil.

Palavras-chave: Historiografia – Pós-Graduação em História – Universidade de Brasília.

O presente trabalho visa discorrer acerca da produção acadêmica do PPGHIS/UnB, a fim de empreender esforço de identificação de alguns padrões temáticos de cada um dos momentos da história do programa, bem como de algumas das principais tendências da historiografia brasileira.

Ao proceder ao exercício de identificação e reconhecimento das principais tendências da historiografia na produção do PPGHIS/UnB, é importante ter em mente que esta não se encontra desatrelada do percurso da historiografia brasileira, com suas

¹ Pesquisa realizada com recursos da Capes.

regras, seus padrões temáticos e discursivos. Não se encontra, enfim, fora do regime de verdade estabelecido e legitimado pelas instituições e pela comunidade de historiadores acerca da concepção de história e dos procedimentos de pesquisa e de escrita da história em cada um dos três momentos do percurso da produção do PPGHIS/UnB. No estabelecimento desse regime de verdade encontram-se os modos de ver e de se escrever a história que se tornaram hegemônicos, que foram reconhecidos, social e institucionalmente, como verdades. Segundo Foucault (2008, p. 12-13),

cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros e falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro. (...) Há um combate “pela verdade” ou, ao menos, “em torno da verdade” - entendendo-se, mais uma vez, que por verdade não quero dizer “o conjunto das coisas verdadeiras a descobrir ou a fazer aceitar”, mas o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”; entendendo-se também que não se trata de um combate “em favor” da verdade, mas em torno do estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha.

Conhecer a história da historiografia requer atentar para essa “política geral” de verdade do campo disciplinar da história, para a historicidade do estatuto de verdade, pois este é produzido na história, não é imutável. Segundo Blanke (2006), para acessar a história da historiografia é possível distinguir caminhos, a partir de suas funções: afirmativa, crítica e exemplar. Nesse procedimento, não importando as diferentes funções, não se pode perder de vista as “posições ideológicas” que nortearam a elaboração de qualquer obra/trabalho. Conforme aquele autor:

A afirmação da ideologia oficial é um importante, senão o mais importante, aspecto da reconstrução histórica. Um exemplo seria o das atividades acadêmicas no assim chamado socialismo real, assim como ele se desenvolveu na RDA. O elemento afirmativo é influente em várias publicações que se apresentam como não possuindo caráter ideológico. Um exemplo em muitos poderia ser o do obituário que L. Ranke fez de Gernivus, que foi escrito com o único propósito de abandonar os ideais políticos pelos quais Gernivus havia lutado e assim legitimar o *status quo* político existente (BLANKE 2006, p. 32-33).

Já a função crítica da história da historiografia, ainda segundo Blanke (2006, p. 34),

é o esforço de escrever a história da historiografia com a intenção de criticar princípios ideológicos: o objetivo é superar criticamente visões de mundo e posições políticas. [...] A função crítica da história da historiografia pode ser percebida de várias formas diferentes: (a) como a crítica explícita de modelos tradicionais, isto é, como destruição de uma tradição particular que é apresentada como suspeita e antiquada e, (b) como redescobrimiento de precursores esquecidos de algum historiador mais conspícuo.

Por função exemplar, Blanke (2006, p. 35) entende ser

aquela que enxerga a história da historiografia como tendo uma função exemplar, no sentido de oferecer material ilustrativo para a reflexão teórica. [...] uma tentativa de resolver a tensão fundamental entre objetividade acadêmica e predisposições políticas usando a historiografia.

Como já assinalado, toda escrita da história é uma operação marcada pelas suas condições de produção, isto é, pelo seu tempo social e cultural, lugar social e regras arbitradas pela comunidade de historiadores. Assim, o conhecimento resultante das práticas de pesquisa e de escrita da história é sempre num saber politicamente localizado, instalado em uma topografia de interesses.

O caminho sugerido por Blanke (2006) foi utilizado na leitura de dissertações e teses do programa. Tal orientação nos possibilitou identificar e reconhecer na produção acadêmica do PPGHIS/UnB trabalhos elaborados sob o enfoque da chamada história tradicional, traduzindo as orientações e escolhas do 1º momento do programa. Além destes, também aqueles que recusaram tal perspectiva e se deslocaram em direção à história social, percebidos nos estudos do 2º momento, no final de 1980, e ainda aqueles do 3º momento, alinhados às temáticas e problematizações da história cultural e dos Estudos Feministas e de Gênero.

Importante ressaltar que, não obstante as dificuldades, os limites e imprecisões da análise feita, o trabalho realizado foi desafiador e gratificante, já que, lembrando Malerba (2002, p. 182), “o caráter auto-reflexivo do conhecimento histórico talvez seja o maior diferenciador da História no conjunto das Ciências Humanas”. As considerações de Malerba são importantes para o exercício crítico de qualquer obra ou conjunto de obras, pois elas nos permitem fugir do perigoso caminho da adjetivação e trilhar o da análise crítica, de buscar historicizar a história da história de um programa de pós-graduação, de responder ao desafio do resgate da produção do conhecimento histórico sobre qualquer tema que se investigue.

Não se trata somente de redescobrir autores supostamente marginais, de reconhecer precursores esquecidos, mas principalmente de buscar localizar cada autor em seu tempo social e cultural, solidário a uma “tradição particular”, às suas regras e padrões. Trata-se justamente de reconhecer que o mérito de todas as obras não pode ser destruído e/ou desclassificado, sob a justificativa de que se trata de abordagem “tradicional”, “antiquada” e “superada”. Enfim, reconhecer que toda obra tem sua própria historicidade e seu valor.

Entendemos ser esse um caminho para a valorização da crítica historiográfica que procuramos fazer e que também se encontra presente, explicitamente ou não, na obra de todo historiador, não sendo exceções as dissertações e teses do PPGHIS. É possível afirmar que nos trabalhos do primeiro momento (entre 1976 a 1993) do Programa não observamos a preocupação em explicitar as orientações teóricas que envolvem a escrita da história, consoante ao modo de se pensar e de se escrever história naquele momento. No segundo momento do programa (entre 1993 a 2002) já se observa a preocupação em explicitar aquelas orientações em algumas dissertações e teses analisadas e no terceiro momento (2002 a 2006) ela é predominante. Acompanha, portanto, o movimento observado na historiografia brasileira, a partir da década de 1990, tal como assinalam Fico (2008) e Malerba (2002).

Atualmente, não apenas na produção do PPGHIS/UnB, como na de vários outros programas de pós-graduação do País, além da orientação teórica explicitada nos trabalhos, há ainda estudos específicos sobre teoria da história e historiografia, se bem que ainda em quantidade reduzida. Não se pode ignorar que, de uma forma ou outra, as dissertações e teses do PPGHIS/UnB têm seu objeto de estudo construído à luz da pesquisa empírica e de orientações teóricas, explicitadas ou não, tratadas separadamente em um único capítulo ou diluídas em todos os capítulos. Como ressalta Malerba (2002, p. 182),

a grande maioria das teses e dissertações trazem uma reflexão e uma crítica historiográficas, que pode se encontrar, como até pouco tempo se fazia, bem compartimentada ali num capítulo ou sub-capítulo introdutório, ou mais “diluída” por todo o corpo do texto.

Tal modo de se escrever a história, “compartimentada num capítulo ou sub-capítulo introdutório”, encontra-se evidenciado, por exemplo, na dissertação de Maria de Fátima Fontes Piazza, intitulada *A Invasão espanhola na ilha de Santa Catarina*.

Dissertação abrigada na área de História Política Externa do Brasil, orientada pelo professor Amado Cervo e defendida em 1979, inscreve-se, como outras desse período, no domínio da história política-administrativa do Brasil. Na análise feita, a autora busca mostrar como foi a preparação dos espanhóis para a invasão, de forma descritiva, com apoio de autores e obras relativas à história de Santa Catarina. Em sua introdução, a autora dialoga com a historiografia existente sobre o tema, descrevendo como cada autor apresenta o assunto e sua importância para a elaboração do projeto e, conseqüentemente, para a realização da pesquisa e trabalho apresentado. A preocupação em “preencher lacunas”, em escrever a história que, finalmente, iria dizer a verdade sobre o tema/recorte considerado para análise, é explicitada nos objetivos propostos de sua dissertação.

Como entendemos que as lacunas são constitutivas de qualquer discurso, inclusive o historiográfico, parece-nos que seu objetivo de preencher as lacunas estaria de antemão fadado à inviabilidade. Assim, o esforço de pesquisa da autora de “conhecer as lacunas” e também de “preencher algumas lacunas”, como o de todos os do ofício, será sempre irrealizável. É uma dissertação que objetiva uma escrita da história política e administrativa do país, perfilando-a à vocação primeira do Programa.

Trata-se de dissertação construída consoante a tradição de história política institucional, baseada na descrição dos fatos e em suas articulações com o contexto geral, com ênfase na atuação dos governantes, do Estado, na dimensão institucional do poder. Nesse sentido, é possível afirmar que se trata de uma história política tradicional, considerando-se que sua narrativa encontra-se aprisionada à “visão centralizada e institucionalizada de poder” (FALCON, 1997, p. 62).

E o que seria essa história tradicional? Toda história não seria tradicional no sentido de se abrigar sob uma tradição, de se submeter às regras e procedimentos de alguma tradição historiográfica, para ser reconhecida, legitimada, aceita pelos pares? Nomeamos como história tradicional no sentido já consagrado na/pela comunidade de historiadores, menos problematizadora do que descritiva, menos estrutural do que acontecimental, menos social do que institucional. Martins (2011, s/p.), ao contrapor “história tradicional” e “história positivista”, ressalta as diferenças entre as duas, ao reconhecer que:

Muitas vezes chama-se de positivista, sem mais nem menos, uma concepção da historiografia essencialmente narrativista, episódica (factual), descritiva, fruto

de uma erudição bem à moda do séc. XIX. Na realidade, esse tipo de historiografia é o exemplo mais típico da “história tradicional”, mas não tem porque ser necessariamente confundido com a historiografia “positivista”. A historiografia positivista é a dos “fatos” estabelecidos mediante os documentos, indutivista, narrativa, por certo, mas também sujeita a um “método”. A escola que se costumava chamar de “positivista” pode ser também denominada – com mais propriedade – de “escola metódica”, já que sua preocupação número um é a de dispor de um método. Essa escola, que fundamentava o progresso da historiografia no trabalho metódico das fontes, sempre mostrou a mais ríspida aversão a qualquer “teoria” ou “filosofia”. Isso não diminui toda via em nada sua dependência imediata da concepção positivista da ciência. Essa a razão pela qual pode ser chamada de escola pragmático-documental ou metódico-documental.

A dissertação de Piazza traz, assim, as marcas do tempo histórico de sua produção, em que predominavam duas tradições entrelaçadas, a de história positivista/metódica e a da história tradicional. Daí as ênfases dadas à política, à visão institucionalizada do poder, aos fatos estabelecidos mediante os documentos, garantia de supostas neutralidade e objetividade. Sua obra localiza-se também em um contexto histórico, de restrições à liberdade de pensamento e de expressão, que incluía o cuidado na escolha dos autores considerados “suspeitos” ao regime militar porque identificados como representantes do pensamento da “esquerda”, perigosos à ordem. A própria concepção do PPGHIS, de se orientar por uma história político-administrativa, levando a cabo “a promoção do estado à condição de 'objeto por excelência da produção histórica” (FALCON 1997, p. 63), aponta-nos para as condições de produção cerceadoras desse tempo marcado e demarcado pela ditadura militar. Nesse sentido, a autora encontra-se sujeita a esse tempo e à primeira concepção do Programa, às suas regras e às relações de poder que o atravessam, localizada no campo historiográfico daquele contexto. Como bem avalia Malerba (2002, p. 190) a ditadura militar teria beneficiado concepções tradicionais

pelo clima autoritário e repressivo então dominante. Aliada do poder, guardiã da versão oficial e verdadeira da História da nação, essa historiografia tradicional e seus historiadores não poupavam intrigas e ataques contra instituições e historiadores favoráveis à crítica inovadora.

Sob tais condições é que ocorreram a criação e a implantação da maioria dos cursos de pós-graduação no País, não se encontrando o PPGHIS/UnB fora delas, tendo em vista que a criação do programa teria como fim “capacitar pessoal para atender às necessidades do país, cuja história político-administrativa ainda está por ser feita em quase toda totalidade” (SARAIVA, 1996, p. 07).

As perspectivas e abordagens contempladas na dissertação de Maria Piazza também são válidas para a dissertação de Raul Silva, *Influência política da Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte de 1933/34*, defendida em 1979, que tinha por objetivo estudar

a influência da Igreja Católica na reconstitucionalização do Brasil, feita pela Assembleia Nacional Constituinte de 1933/34, a partir das fontes históricas disponíveis, particularmente dos Anais da Assembleia. O estudo focaliza a posição política da igreja Católica, manifestada na Assembleia e fora dela, diante das principais reivindicações que eram defendidas pelos católicos e que acabaram incluídas no texto constitucional, tais como a indissolubilidade do casamento, o ensino religioso e a assistência religiosa às forças armadas (SILVA, 1978, p. 07).

Na leitura feita, observamos que o autor caminha, assim como Piazza, sob referências de uma história política tradicional, haja vista o uso de documentos escritos e oficiais para construir os fatos e autorizar sua narrativa, ancorada na descrição dos acontecimentos e na ênfase ao poder institucional. O encadeamento evolutivo dos fatos é visto como fundamental para o entendimento do tema, reduzido à influência política da igreja na reconstitucionalização do Brasil, com a formação da Assembleia Nacional Constituinte, em 1933/34. Tal perspectiva é explicitada pelo autor, ao afirmar que “este trabalho procura colocar o problema no contexto histórico brasileiro, sem ideia de revisão histórica, mas tão somente com a intenção de focalizar o tema sob uma perspectiva de profundidade, objetividade e clareza” (SILVA, 1978, p. 07).

Objetividade e clareza são pressupostos da “escola metódica”, tradição incorporada à da história política tradicional, centradas, ambas, na argumentação do rigor do método como exigência para a cientificidade da história, como condições para acessar a “verdade histórica”. Na dissertação de Silva, retomando Blanke (2006), temos a função afirmativa, a afirmação da objetividade e clareza, como garantias de ausência da subjetividade e, sobretudo, de afirmação da neutralidade, como se a ausência de tomada de partido fosse possível. Tal neutralidade, em contexto marcado pela censura e tortura a presos políticos, principalmente aqueles identificados com o pensamento de “esquerda”, socialista e marxista, seria, assim, garantia de uma escrita da história comprometida com a “verdade histórica”, a ser revelada pelo historiador.

Silva escreve em seu tempo, com as condições de seu tempo. A história política tradicional compreende um dos padrões temáticos desse momento do PPGHIS. Isso não significa a não ocorrência de dissertações fora desse padrão, cujas orientações

teóricas deslocam-se para outras áreas, perspectivas e domínios, embora ainda identificados em poucos trabalhos. Assim, por exemplo, a dissertação de Ledenice Damásio da Silva, *Os Processos de inserção e rejeição socioeconômica do negro: uma contribuição para a história de Cantagalo, 1850-1930*, defendida em 1980. Nela, a inserção de um tema novo, fora da política - “*três núcleos rurais da antiga Cantagalo*” -, pesquisado e escrito a partir da análise socioeconômica das condições de vida dessa comunidade.

Também inovadora na produção desse primeiro momento do PPGHIS/UnB, a utilização de história oral como fonte, cotejada com as escritas, ainda significadas como mais críveis, mais confiáveis, mais importantes. Nas palavras da autora:

Os recursos metódicos utilizados para a execução deste estudo foram vários. Inclui-se entre eles o emprego da técnica de entrevistas gravadas que, muito embora não caracterize essencialmente esta dissertação, destaca-se contudo como o mais eficaz meio de acesso aos demais recursos utilizados; isto é, dados reunidos através das entrevistas determinaram com mais segurança os caminhos de pesquisa que deveriam ser seguidos como complementação às informações recebidas (SILVA, 1980, p. 06).

Além das fontes orais, também outra mudança introduzida foi a do sujeito/objeto da narrativa, com a protagonização da comunidade negra de Cantagalo. Pesquisas considerando os negros como objeto de estudo não existem nesse primeiro momento, sendo o de Ledenice a primeira da produção do PPGHIS/UnB. Essa autora também foge do padrão de história tradicional, ao dialogar com autores reconhecidos, àquele momento, como de “esquerda”, dentre eles, Jacob Gorender, Caio Prado Junior, Emilia Viotti da Costa e Engels. É o primeiro trabalho que foge dos quadros da história político-administrativa, predominante no Programa, tanto pelo tema como pelas fontes e orientações teóricas. Como a autora mesmo ressalta, “procurou-se desenvolver um estudo voltado para aqueles que necessitados de informações sobre seu passado, procuram entender porque a sociedade em que vivem persiste em manter o seu tradicional procedimento em rejeitá-los” (SILVA, 1980, p. 130).

Nessa dissertação, observa-se a posição política da autora alinhada com o esforço revisionista da historiografia brasileira em relação à participação dos excluídos da história, dentre estes, os negros.

Deslocamento, também, da história político-administrativa para a história social e/ou de sociedade na tradição iniciada pelos modernos historiadores sociais brasileiros, dentre eles, Caio Prado Junior, Sérgio Buarque de Holanda, Alice Canabrava, Emilia

Viotti e Maria Odila Leite da Silva Dias, todos eles preocupados em apreender, na riqueza dos detalhes ou na dimensão estrutural, a complexidade do social. Orientação essa que será mais efetivamente escolhida nos trabalhos do segundo momento do programa, no período de 1994-2003.

Ainda inscritos na fase primeira do Programa e também destoando do padrão discursivo da história política tradicional, a dissertação de Maria Helena Pinheiro Monteiro, *A classe operária vai ao parlamento? A constituinte de 1933-34*, defendida em 1983. Trata-se de trabalho que aborda, sob diferente perspectiva, a atuação política da classe operária. Mantém-se dentro do tema da política, mas enfoca justamente a classe operária, cuja participação no espaço da política e do parlamento tinha sido até então praticamente desconsiderada pela historiografia. Segundo a autora,

o objeto do nosso estudo é a participação da representação classista na Assembleia Nacional Constituinte de 1933-34. Motivou-nos para a realização deste trabalho a necessidade de compreensão da natureza do relacionamento estabelecido entre um movimento operário, histórica e ideologicamente originário da dialética da luta de classes, com o regime corporativista instalado no país a partir de 1930 (MONTEIRO, 1983, p. 07).

Classe operária é destacada como objeto de estudo, assim como a perspectiva dialética para sua abordagem. No estudo feito, o esforço em buscar orientações teóricas outras para se proceder à leitura das experiências operárias do passado e para se escrever sua história. Trata-se, portanto, de abordagem que investe na mudança quanto aos rumos da historiografia e, nesse sentido, localiza-se no caminho historiográfico que Blanke (2006) chamou de função crítica. Trata-se de trabalho posicionado, comprometido com a mudança, orientado pela preocupação em fazer a crítica do social, em romper com a tradição de história política tradicional.

Como nesse trabalho de Monteiro, de 1983, percebemos também outros abrigados nas orientações mais ou menos marxistas, acompanhando o movimento político de “abertura lenta e gradual” do regime militar, que se encerra em 1984. Assim, por exemplo, a dissertação de Diva do Couto Gontijo Muniz, *As salvas nacionais: o caso do Ceará (1912-1914)*, defendida em 1984. Trata-se de trabalho que se encontra dentro de tradição da história política, mas desatrelado da lógica acontecimental, evolucionista e descritiva. Pelo contrário, a autora procura articular estruturas políticas, econômicas e sociais com as conjunturas e com os acontecimentos políticos de 1912-1914.

Nessa articulação – estruturas/conjunturas/acometimentos –, o alinhamento a uma tradição já firmada na historiografia produzida nos programas do eixo São Paulo/Rio de Janeiro e que seria introduzida nos estudos do PPGHIS/UnB: a dos *Annales*, particularmente sua 1ª e 2ª gerações. Os compromissos com o objetivo de uma história totalizante, que desse conta da totalidade do social, e com a verdade histórica, explicitam-se nas palavras da autora:

Desnecessário se torna dizer que procuramos manter, tanto nos foi possível, uma postura crítica diante das fontes. Buscamos aí a verdade histórica, analisando com cautela tanto o formalismo da linguagem oficial quanto a combatividade dos pronunciamentos da oposição, lendo nas entrelinhas, procurando deduções, sem esquecer, entretanto, de considerar a historiografia existente (MUNIZ 1984, p. 06).

Interessante notar como a autora percorre o caminho da história crítica, na sua “postura crítica diante das fontes”, em busca da “verdade histórica”. A verdade já estaria de antemão anunciada pela orientação teórica escolhida, a do materialismo dialético: o que faz a história é o conflito de interesses de classes, é a luta de classes. Também, é visível no estudo a articulação eclética entre duas tradições historiográficas: a marxista e a dos *Annales*, explicitada nos diálogos estabelecidos com autores como Marx, Poulantzas, Marc Bloch, Braudel, Althusser, Gramsci e Caio Prado Junior.

Tal articulação revela-se também no modo como a autora considera as fontes. Vistas com cautela, pois percebidas não mais como “provas do que realmente aconteceu”, como reflexos do real, mas como construções/versões históricas e culturais atravessadas de sentidos. Como estudo que enfoca a dimensão política, encontra-se dentro do padrão do primeiro momento do PPGHIS/UnB, mas também fora dele pela abordagem estrutural, dialética, do tema proposto.

Mais ou menos alinhados com as orientações marxistas encontram-se trabalhos como os de Monteiro e Muniz e de vários outros ainda no primeiro momento do Programa. Tal diversidade delinea outro padrão discursivo, marcado pela heterogeneidade temática e teórica, de fontes e de problemas, que exigiu e resultou a primeira reestruturação do Programa. Embora praticamente abandonada nos trabalhos produzidos na segunda metade da década de 1990, a história política tradicional não desapareceu de todo da produção do PPGHIS/UnB. Um pouco defasada em relação à do percurso da historiografia brasileira, a produção do primeiro momento do

PPGHIS/UnB (1976-1994) apresenta dois padrões discursivos, o da história política tradicional e a da história social e política, sob orientações das tradições marxistas e também dos Annales.

O abandono das orientações teóricas marxistas merece ser relativizado, já que não ocorreu de modo pleno na historiografia brasileira do período. Todavia, trata-se de movimento iniciado nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil, a partir dos anos 1970, e principalmente nos anos 1980, acompanhando o deslocamento historiográfico dos Annales com sua proposta de novos objetos, novos problemas e novas abordagens e também o movimento de revisão do marxismo inspirado na historiografia social inglesa, particularmente nas reflexões de E. P. Thompson e C. Hill, dentre outros. Significativamente, trata-se também de contexto de redemocratização do país, com a política de abertura política iniciada no governo Figueiredo, com liberação da censura e de entrada de autores de diversas matrizes ideológicas.

Com efeito, além do movimento de mudança ocorrido na disciplina história, ocorre, com o fim da ditadura no Brasil, e também com a criação e expansão dos programas de pós-graduação, uma maior abertura para obras e autores estrangeiros, com crescente interesse de editoras na tradução e publicação de obras. Os locais por excelência para a introdução das mudanças ocorridas no campo da história, com a ampliação de temas/objetos/fontes/abordagens e também com as releituras ocorridas nos quadros do marxismo, são justamente aqueles espaços institucionais. Não só novos autores, assim como, também novos objetos, fontes, problemas e perspectivas de análise respondem pela pluralização ocorrida no campo, explicitada na heterogeneidade temática e metodológica das teses e dissertações do PPGHIS/UnB, em seu segundo momento.

Essa mudança já se anunciava em alguns trabalhos do primeiro momento, como é o caso da dissertação de Norma Mamede Hernandes, *Volantes e cangaceiros no sertão das Alagoas: estudo da repressão ao cangaço durante o Estado Novo*, defendida em 1989. Esta dissertação acena para a pluralização que será evidenciada, predominantemente, na produção do segundo momento do PPGHIS/UnB. Segundo a autora, um dos motivos para a pesquisa decorreu

da constatação de que os estudos realizados quase só dizem respeito ao banditismo, analisando as causas de seu surgimento, desenvolvimento e extinção. Há razoável produção sobre o cangaço, mas ainda não se havia estudado com profundidade a repressão sobre ele desencadeada durante o

Estado Novo. As forças Volantes nordestinas, em especial a alagoana, são, em consequência, mencionadas em poucos livros escritos por ex-participantes e em esparsas referências encontradas sobre aquele movimento (HERNANDES 1989, p. 13).

No trabalho realizado, o esforço em romper com os silenciamentos historiográficos acerca de alguns atores históricos, haja vista o enfoque dado aos opositores, isto é, ao governo e principalmente à polícia, um dos aparatos repressores do Estado. A autora buscou dar visibilidade a outra face do cangaço, praticamente desconsiderada nos estudos sobre o tema. Nesse movimento, ela realimenta outro tipo de memória sobre o cangaço, a da força repressora do Estado Novo. Permanece a linha política e institucional, relacionada, porém, à dimensão da violência, enquanto manifestação social, cultural e política.

Alguns outros sinais dos redirecionamentos imprimidos às práticas de pesquisa e de escrita da história no PPGHIS/UnB também são encontrados na dissertação de Georgete Medleg Rodrigues, *Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília*, defendida em 1990. Na análise feita, seu alinhamento com a tradição francesa dos Annales, com a geração dos novisionistas, particularmente a adoção do conceito de imaginário social e o enveredamento para a cultura, para as práticas e representações sociais.

Como Rodrigues explicita, sua preocupação inicial “*era somente com a propaganda de Brasília. Ela surgiu a partir de algumas pistas que nos levaram a concluir que, de fato, houve uma grande propaganda sobre a transferência da capital*”. (RODRIGUES 1990, p. 12) Ao realizar a pesquisa em arquivos, a autora encontra registros que lhe permitiram identificar novos protagonistas no cenário da construção de Brasília: os missivistas. Essa “descoberta” lhe impôs o desafio de repensar o tempo histórico e atentar para suas múltiplas temporalidades, consoante as reflexões dos novisionistas. Segundo a autora,

ao mesmo tempo que os discursos oficiais, ou de seus simpatizantes, anunciavam a mudança de mentalidade do país, e o rompimento com um passado “atrasado”, eis que essas cartas vinham lembrar a permanência do “antigo”. Uma ideologia, a do desenvolvimento, anunciava a mudança radical de mentalidade, cujo símbolo máximo era Brasília, com sua arquitetura diferente, moderna. Enquanto isso, as forças sociais, estavam lá, se movimentando numa tradição supostamente negada (RODRIGUES 1990, p. 12).

O objeto de estudo considerado não exclui, porém, a perspectiva política que preside sua leitura da propaganda e do imaginário social na construção de Brasília. Sob

a forma da cultura política, a autora analisa a construção de Brasília, significada por ela como *“mais um gesto autoritário, entre tantos que povoam a cena política brasileira”* (RODRIGUES 1990, p. 12). Há que se ressaltar, ainda, que a abordagem dada ao tema introduz enfoques e conceitos até então desconsiderados na produção, dentre eles, imaginário, representação e circularidade cultural. Como a autora ressalta, *“ao mesmo tempo que os discursos das cartas reproduzem conceitos e concepções oriundas da classe dominante, eles recriam esses conceitos a partir do seu universo cultural e de forma a que eles atendam aos seus interesses”* (RODRIGUES 1990, p. 228). São visíveis, no trabalho, a ênfase dada aos textos e à linguagem, o enveredamento para o campo da história cultural, os diálogos com outros autores e outros campos disciplinares, como a Antropologia e Teoria Literária.

As orientações teóricas e metodológicas inscrevem o trabalho de Rodrigues na tradição novisionista, com sua ênfase nos textos e na linguagem e, por conta disso, na dimensão imaginária e representacional do social. Não por acaso, sua dissertação é a primeira a utilizar os quadros da Análise do Discurso para analisar suas fontes. Também foi a primeira a utilizar o audiovisual como fonte primária em sua pesquisa. Maingueneau, Marcel Martin, Pierre Bourdieu, Cornelius Castoriadis, Ginzburg e Veyne são autores priorizados para a construção do objeto de estudo. Embora integrada, cronologicamente no primeiro momento do PPGHIS/UnB, sua dissertação localiza-se no tempo social e cultural de seu segundo momento.

Descontentamentos e, sobretudo, recusa em aceitar modelos fechados e reducionistas de análise, incapazes, portanto, de contemplar, com riqueza, as possibilidades contidas na complexidade do social, respondem pelas escolhas de outros modos de se pensar e de se escrever a história. Os desafios de incluir os excluídos da história, de pensar a diferença, de atentar para a dimensão imaginária igualmente instituinte do social, de perceber o mundo como representação, de repensar o estatuto ontológico da verdade, de incorporar as críticas ao estatuto de inteligibilidade da história, respondem pelo movimento de pluralização ocorrido na historiografia em geral e na historiografia brasileira em particular. A produção acadêmica do PPGHIS/UnB, de seus segundo e terceiro momentos, encontra-se sintonizados com tais desafios e com as escolhas feitas quanto às práticas de pesquisa e de escrita da história. Nessa concepção de história vista como campo de múltiplas possibilidades, que

marca a produção de 1994 a 2006, a configuração do desenho, do traço de heterogeneidade que a marca e a identifica.

Trata-se de heterogeneidade que foi vista por muitos, por conta sobretudo do desassossego ante a quebra de certezas com o “*enterro das teorias sociais globais*” (FICO 2000, p. 28), como fragmentação, estilhaçamento e inorganicidade e não como possibilidade de ampliação, de pluralização, de diversificação e dinamicidade. Ela se evidencia nas escolhas temáticas, teóricas, de objetos, agentes, perspectivas e métodos de abordagem adotados pelos autores/as das dissertações e teses dos dois momentos do programa.

Assim, é possível identificar nos trabalhos abrigados sob a Linha de Pesquisa (LP) História, Discurso, Imaginário e Cotidiano e também na Área de Concentração (AC) História Cultural, um padrão discursivo cujas marcas são a leitura do mundo como representação, o diálogo multidisciplinar, a prioridade dada ao estudo das identidades enquanto expressões culturais historicamente construídas. Cidades, festas, sociabilidades, memória, música, mídia, religiosidades, nacionalidades, escolas, cotidiano, sensibilidades e imagens compõem a pluralidade dos temas/objetos e/ou recortes considerados nos trabalhos dos dois últimos momentos do programa, configurando um de seus padrões discursivos.

Tal pluralidade é igualmente localizada nos trabalhos da LP História Social e das Ideias e da AC História Social, produzidos também nos segundo e terceiro momentos do programa. Nesse múltiplo, a emergência do uno que também caracteriza e identifica a produção do período, marcada pelo predomínio das análises centradas na historicização das experiências históricas, percebidas como expressões da ação e do pensamento, ou indissociadamente. Uma historicização operada mediante o exercício de reconstituição de redes de relações, formais e informais, das práticas intelectuais, políticas institucionais da vida social, das vivências cotidianas, dos movimentos sociais, políticos e religiosos, dos comportamentos sociais e culturais. Tais interesses respondem também pelo desenho de outro padrão discursivo do PPGHIS/UnB, localizado nos estudos abrigados nas orientações da nova história social.

Tributários dos quadros nocionais da história social e da história cultural e principalmente do aporte teórico produzido pelos feminismos, encontram-se estudos elaborados sobre as mulheres e sobre o masculino e o feminino, ou seja, sobre gênero, localizado nos dois últimos momentos do Programa e abrigados na LP História,

Discurso, Imaginário e Cotidiano e, sobretudo, na AC Estudos Feministas e de Gênero. Como o próprio nome indica, são trabalhos cujo traço comum é o de considerar as mulheres como sujeito/objeto da narrativa histórica cujo propósito é o de conferir-lhes visibilidade historiográfica, de romper com o silêncio historiográfico. Além disso, também o propósito em denunciar e expor os processos sexuados em ação na estruturação do social e do conhecimento, como esforço crítico e como exigência colocada ao projeto de transformação das relações entre mulheres e homens, entre as pessoas.

São trabalhos que nos permitem identificar, na produção do programa, um padrão discursivo distinto dos demais, principalmente pelo ineditismo de sua proposta e pela homogeneidade temática e do objeto de estudo. São estudos elaborados à luz do pensamento da diferença, sob enfoque interdisciplinar, comprometidos com o desafio de desnaturalização de construtos arraigados na historiografia e na memória social. Enfim, uma forma de pesquisa e de escrita da história, pensada como possibilidade e não como exatidão.

Ainda na pluralização que caracteriza a historiografia do segundo e terceiro momentos do programa, a permanência da história política, enfocada sob a forma tradicional e também sob a forma renovada, isto é, com a incorporação do conceito de cultura política e os desdobramentos que a utilização do conceito possibilita e exige. Como já assinalado, as dissertações e teses abrangidas nas áreas de concentração História das Relações Exteriores do Brasil/História das Relações Internacionais mantêm seu nexos de alinhamento com as orientações teóricas, objetos e métodos da história política, na sua forma tradicional, bem como alargada, com maiores aproximações com a história cultural e social.

A abordagem tradicional revela-se, por exemplo, na dissertação de Paulo Roberto Palm, *A abertura do Rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro*, defendida em 1984. Nesta, o autor procurou realizar uma síntese, “com o intuito de produzir uma visão abrangente do encaminhamento da questão pelos órgãos executores da política externa brasileira e de outros países interessados” (PALM 1984, p. 07). Também sob tal abordagem, identificamos a dissertação de Manoel Martins Pereira, *Políticas migratórias entre o Brasil e o Japão: do subsídio (1926) ao sistema de quotas (1934)*, defendida em 1988; ou, ainda, a de Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)*, defendida em

1989, cuja temática e abordagem são mantidas na tese *As relações entre o Brasil e o Paraguai (1989-1930)*, defendida em 1997, no segundo momento do PPGHIS/UnB.

A emergência do novo, novos interesses, novas problematizações, e novas possibilidades de leitura do social marca a configuração desse segundo momento do PPGHIS/UnB. Como já foi ressaltado, era preciso pensar e definir outras formas de escrita da história de modo a responder às novas, complexas e diversas questões colocadas ao campo historiográfico, à sociedade e aos historiadores, naquele momento. Assim, é possível afirmar que a pesquisa histórica desloca-se das orientações totalizantes, dos modelos explicativos centrados na síntese das múltiplas determinações e consideram a diversidade, instabilidade, fluidez e relatividade das experiências sociais e históricas. Segundo Iggers (2010, p. 108), é possível destacar cinco tendências ou referências na historiografia dos anos 1990, sendo elas:

1) o duradouro giro linguístico e cultural, que criou a assim chamada “nova história cultural”; 2) a expansão cada vez maior da história feminista e de temas relacionados ao gênero; 3) a guinada rumo à história universal e a permanência de nacionalismos; 4) uma nova articulação entre pesquisa histórica e ciência social feita à luz da crítica pós-moderna; 5) as ciências sociais e a história da globalização.

Se Iggers (2010) identifica tais tendências e movimentos no percurso da historiografia europeia ocidental, não nos parece im procedente afirmar que o da historiografia brasileira também segue tais tendências, principalmente a produção localizada no eixo SP/RJ, lugar de sujeito na produção de conhecimento histórico do país. Com algum atraso, esses deslocamentos ocorreram na historiografia brasileira, como é o caso, por exemplo, da história das mulheres e dos estudos do gênero, que se emergem no Brasil nos anos 1980, apenas nos anos 1990 começam a ganhar visibilidade. O PPGHIS/UnB foi o primeiro programa a criar uma área de concentração em torno das mulheres e gênero, em 2004. Segundo Iggers (2010, p. 108), o interesse por mulheres, pelas temáticas de gênero e pela sexualidade aumentou significativamente, nos anos 1990, na Europa ocidental, na América Latina, na Índia, no Oeste asiático e no Oriente Médio.

No PPGHIS/UnB, trata-se de aumento evidenciado em números: entre os anos de 1993 (quando ocorre a primeira reestruturação) e 2006 (ano limítrofe desta pesquisa), foram defendidas 28 dissertações e teses em que as mulheres ou as relações de gênero compreendem o foco central. Desta forma, há uma média de produção de

duas dissertações e/ou teses sobre esses objetos de estudo no Programa. A dissertação de Joelma Rodrigues da Silva, *Mulher: “pedra preciosa”: prostituição e relações de gênero em Brasília (1957-1961)*, defendida em 1995, foi uma dos primeiros estudos sobre as mulheres, abrigada na LP História: Discurso, Imaginário e Cotidiano. Sob tais perspectivas e recortes, a autora construiu seu objeto de estudo que foi a “*prostituição e as relações de gênero durante a construção de Brasília e no ano imediatamente posterior à inauguração da cidade*” (SILVA 1995, p. 07).

Ao pensar as funções da historiografia consoante Blanke (2006), não há como não assinalar que este trabalho, assim como outros 27 sobre as mulheres e as relações de gênero, compreendem uma produção que não segue uma função afirmativa, mas sim crítica, pois têm em vista questionar os termos da disciplina histórica, desnaturalizar os construtos históricos e criar um aporte teórico capaz de traduzir os modos próprios das mulheres, de pensar o mundo e de representá-lo.

Trata-se de orientação teórica que não descarta a política. Pelo contrário, ela está presente nos trabalhos, concebida em sua acepção mais ampla, no sentido foucaultiano do termo, como poder, como algo que circula, que atravessa o tecido social, as relações micro-físicas cotidianas. Também a dimensão tradicional da política, localizada no aparato do Estado é considerada, tal como o referido estudo de Joelma Rodrigues, em que ela discute as práticas discursivas emanadas do Estado sobre prostituição. Segundo esta autora, “*o mesmo Estado que proporcionou a instalação das empreiteiras, proporcionou a instalação de prostíbulos: tudo ocorria como se fora mais uma aquisição de material ou serviço*” (SILVA, 1995, p. 243).

Enquanto o trabalho de Joelma encontra-se abrigado nas orientações da história cultural, existem outros mais ou menos alinhados com as reflexões, perspectivas, problematizações e abordagens da história social. Também aí nesse outro direcionamento, a consonância com as reflexões de Iggers (2010), quando este destaca que os anos 1990 vivenciaram uma ampliação da história social, na qual as temáticas das mulheres e do gênero adquiriram maior visibilidade. Essa tendência pode ser evidenciada em seus dois últimos momentos. O interesse pela temática das mulheres e do gênero, observado em 1980 e visualizado nas décadas de 1990 traduz-se em trabalhos orientados também à luz da orientação marxista. Segundo Iggers (2010, p. 111), a história das mulheres

se distancia da teoria marxista da história apesar de seguir parcialmente, mesmo que na maioria das vezes não o admita, a ideologia marxista. O determinismo econômico da teoria marxista é criticado – ainda que somente de maneira parcial. A historiografia feminista persegue quase sempre objetivos políticos.

São orientações presentes, não apenas na dissertação de Joelma Rodrigues, como também na de Aldenira Maria Piedade de Faria, *A construção do gênero nos discursos do partido comunista do Brasil e da ação integralista brasileira (1935-1979)*, defendida em 1995, produzida sob os quadros nacionais da história cultural e da análise do discurso. Já o trabalho de Salete Favin Pinheiro, *Por uma história das trabalhadoras rurais sindicalistas no Rio Grande do Sul (1980-1997)*, defendido em 1999, prioriza uma abordagem das mulheres trabalhadoras dentro dos quadros da história social.

Faria realiza um trabalho de análise dos discursos parlamentares, confrontando Integralistas e Comunistas, enfocando as representações misóginas difundidas pelos dois discursos, haja vista que ambos “*atravessam as barreiras classe/ideologia e mostram fundamentos que se encontram no domínio da paráfrase, do mesmo*” (FARIA, 1995, p. 08). Neste sentido, “*o objetivo, portanto, é identificar as imagens produzidas pelos discursos integralista e comunista, apresentando como resultado um quadro de homologias, de contato de sentidos, de construção de poderes em formulações contraditórias*” (FARIA, 1995, p. 08).

Trata-se de estudo que utiliza o conceito de política na perspectiva defendida por Foucault, isto é, política vista como relações de poder, como disputas de inclusão e exclusão, de silenciamento de sujeitos, submetidos a regras que lhes impedem, apesar de não perceberem, de serem originais (FARIA, 1995, p. 13). Não por acaso, para a autora, a “condição de poder” do sujeito histórico “está intimamente ligada à sua condição de existência” (FARIA, 1995, p. 20).

Se Faria trabalha com a ideia de descentramento do sujeito, direção contrária é a que escolhe Pinheiro, ao focar a posição de sujeito das trabalhadoras rurais, concepção cara à história social. Daí o objetivo dado ao seu trabalho de buscar “*reconstituir a história das trabalhadoras rurais sindicalistas no Rio Grande do Sul*” (PINHEIRO, 1999, p. 06). Neste trabalho, a marca comum da temática das mulheres, sob orientação teórica diversa da escolhida por Faria, não obstante suas aproximações, pois a autora visa compreender como as “*trabalhadoras rurais sindicalistas percebem a si mesmas, ou seja, suas auto-representações*” (PINHEIRO, 1999, p. 09).

É visível o trânsito pela história social e cultural pois a autora também considera a dimensão da cultura das representações sociais. A política encontra-se presente nos dois trabalhos, considerando-se que para Salete Pinheiro, também a pesquisa

apontou que em questões ligadas à política agrícola e à previdência social os sindicalistas não ultrapassam os limites impostos pelo Estado. No entanto, algumas trabalhadoras rurais que têm cargos de diretoria em sindicatos vêm conduzindo-os a ultrapassar os limites impostos pelo Estado gaúcho, no que diz respeito à igualdade de gênero (PINHEIRO, 1999, p. 87).

Não nos parece improcedente afirmar que as dissertações da referida área de estudos não estão desatreladas da vocação primeira do Programa, ou seja, da história política, embora não no sentido tradicional. Assim, por exemplo, as dissertações de Luiza Helena Santos Franco, *Mulheres, operárias e anarquistas: presenças que trazem diferenças aos discursos libertários*, defendida em 2002; na de Daiana Castilho Dias, *Um outro lado da guerra colonial: história de mulheres que participaram da luta pela libertação de Angola (1961-1975)*, defendida em 2002; de Vera Lúcia Caixeta, *Parteiras em Minas Gerais no século XIX: poderes e saberes compartilhados (1832-1850)*, defendida em 2003; de Sandra Nui Asano, *Vigiai e orai: as mulheres no projeto de romanização do catolicismo (Diamantina/MG – 1866-1900)*, defendida em 2003.

É possível encontrar tal dimensão, também, nas teses da área, dentre elas, a de Eleonora Zicari Costa de Brito, *O corpo, sexualidade e gênero: a construção do desvio na justiça de menores: Brasília 1960-1990*, defendida em 2001; de Selma Regina Nunes Oliveira, *Mulher ao quadrado – representações femininas nos quadrinhos norte-americanos: permanências e ressonâncias (1895-1990)*, defendida em 2001; de Joelma Rodrigues da Silva, *Amordaçadas e ruidosas (um estudo sobre o estupro, assassinato e santidade de meninas no Brasil – 1973-1996)*, defendida em 2002; de Maria Rita Leal, *Mulher para toda obra – a representação social do trabalho feminino na mídia dos anos 90*, defendida em 2004. Todos esses estudos centrados nas mulheres e nas relações de gênero enfocam a política, pois partem de uma questão comum, o da política de silenciamento sobre a presença das mulheres na historiografia e de uso da diferença para instaurar desigualdades, questões e problematizações que passam incontornavelmente pela política, pelo exercício do poder.

A relevância dos trabalhos sobre mulheres e gênero evidencia-se na 2ª reestruturação do Programa, quando há o retorno para a organização em áreas de concentração, e se dá a criação da área de Estudos Feministas e de Gênero. Sob o enfoque interdisciplinar e do aporte da epistemologia feminista, as dissertações e teses da área contemplam uma leitura feminista da história. Dentre estas, a dissertação de Thiago Fernando Sant'Anna e Silva, *Mulheres goianas em ação: práticas abolicionistas, práticas políticas (1870-1888)*, defendida em 2005; de Paloma Pinheiros Sanches, *A Mensageira de vozes que ecoam até o presente: lugares de fala de/para mulheres em fins do século XIX*, defendida em 2005; ou ainda a de Maria Aparecida de Oliveira Souza, *As mulheres, a comunidade de Conceição e suas lutas: histórias escritas no feminino*, defendida em 2006.

As primeiras teses defendidas após a segunda reestruturação do programa, embora inscritas na LP História: discurso, imaginário e cotidiano, foram elaboradas sob orientação daquela área de concentração. Dentre elas, a de Gilma Maria dos Rios, *Mulheres modernas, mulheres perigosas: gênero, corpo e comportamentos sociais em Araguari/MG (1940-1960)*, defendida em 2005; a de Liliane Maria Macedo Machado, *E a mídia criou a mulher: como a TV e o cinema constroem sistema de sexo/gênero*, defendida em 2006; e a de Maria Elizabeth Carneiro, *Procura-se "preta com muito bom leite, prendada e carinhosa": uma cartografia das amas de leite na sociedade carioca (1850-1888)*, também defendida em 2006.

Estes trabalhos, em razão de sua perspectiva interdisciplinar e feminista de escrita da história, encontram-se atravessadas pela dimensão do poder e da política, percebida não em sua dimensão institucional, mas na de rede de relações entre saberes e poderes.

Como exposto, buscamos identificar na topografia de interesses que conforma a produção acadêmica do PPGHIS/UnB, alguns de seus padrões temáticos e discursivos. Trata-se de resposta ao desafio colocado aos do ofício, de historicizar a história daquele programa. O que ficou evidenciado na pesquisa realizada são as marcas da pluralidade na historiografia, expressa na heterogeneidade de seus temas, objetos, orientações teóricas e metodológicas, bem como a presença da história política e a incorporação pioneira da temática das mulheres e dos estudos de gênero.

O trabalho resultante compreende o esforço, inicial, de mapeamento e de crítica à produção do Programa e indica que toda produção histórica encontra-se marcada

pelas suas condições de produção, pelo lugar social de fala, pelo espaço institucional. Tal afirmação é cara, haja vista a vocação primeira do Programa – a história político-administrativa – percebida no levantamento e na análise do contexto histórico de criação e localização do programa. Além disso, também o predomínio, não apenas nos estudos sob domínios da história política, do recorte da história do Brasil. O fato de se tratar de um programa da Universidade de Brasília, instalado em Brasília, responde, por certo, por estas duas marcas, ressonâncias dessa política de localização institucional.

A pesquisa feita permitiu-nos perceber o movimento de pluralização do campo historiográfico brasileiro presente na produção do PPGHIS/UnB com seus diversos temas, objetos, problemas e abordagens. Tal pluralização não é negativa, como apontam alguns historiadores, mas vai ao encontro da ideia a qual compartilhamos de que é o historiador que escolhe o que será história, tal como postulado por Veyne (2008).

Enfim, este trabalho traduz o esforço em historicizar a produção do PPGHIS/UnB, escrever a história de sua história, assim como traduz as condições de produção acadêmica, com seus limites e possibilidades. É trabalho que esperamos possa servir de estímulo para pesquisas posteriores, por historiadores, igualmente interpelados pelo desafio em fazer o exame crítico da historiografia local e brasileira.

IN PLURALITY, SOME THEMATIC AND DISCURSIVE PATTERNS: A QUALITATIVE ANALYSIS ON PRODUCTION OF PPGHIS/UNB (1979-2006)

Abstract: An effort critical examination of academic PPGHIS from the University of Brasilia was that seek to accomplish in this article. Focus on the qualitative aspect of dissertations and theses produced at the institutional space of thirty years of operation. The purpose in knowing the history of history produced in the program required us yet a perusal power relations, and technical rules which governed the preparation of dissertations and theses in each of the three (03) times of PPGHIS/UNB: 1976 to 1993, 1994 to 2003 and from 2004 to 2006. In the interests of topography theoretical, methodological, thematic, chronological and spatial comprising the design of the program, the evidence of a culture historiographical singular, marked by diversity and at the same time, also the unit that also identifies. This is announced in some thematic patterns, such as the permanence of political history, primary vocation of the program, and the predominance of Brazil's history.

Keywords: Historiography - Postgraduate History - University of Brasilia.

Referências

BLANKE, Horst Walter. *Para uma nova história da historiografia*. In MALERBA, Jurandir (org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006. P. 32-33.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 2007.

FARIA, Aldenira Maria Piedade de. *A construção do gênero nos discursos do partido comunista do Brasil e da ação integralista brasileira (1935-1979)*. Brasília: UnB, 1995. Dissertação de Mestrado. P. 08.

FICO, Carlos. *Algumas anotações sobre historiografia, teoria e método no Brasil dos anos 90*. In GUAZELLI, C. A. B. et AL (orgs.). *Questões de teoria e metodologia da história*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. P. 28.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2008.

HERNANDES, Norma Mamede. *Volantes e cangaceiros no sertão das Alagoas: estudo da repressão ao cangaço durante o Estado Novo*. Brasília: UnB, 1989. Dissertação de Mestrado. P. 13.

IGGERS, Goerge. *Desafios do século XXI à historiografia*. In *Revista História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 04, março de 2010. P. 108.

MALERBA, Jurandir. *Notas à margem: a crítica historiográfica no Brasil dos anos 1990*. In *Textos de história: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB: Dossiê: memória, identidade e historiografia*. Brasília: UnB, vol. 10, n. 1/2, 2002. P. 182.

_____. (org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, SP: Papirus, 1996.

_____. ROJAS, Carlos Aguirre (orgs). *Historiografia contemporânea em perspectiva crítica*. Bauru, SP: Edusc, 2007.

MARCHI, Euclides et al. *Trinta anos de historiografia: um exercício de avaliação*. In *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v.13, n.25/26, set. 92/ago. 93 (1993).

MARTINS, Estevão de Rezende. *História*. In *Crítica: revista de filosofia*. Disponível em: http://criticanarede.com/fil_historia.html Acessado em 13 de maio de 2010.

MONTEIRO, Maria Helena Pinheiro. *A classe operária vai ao Parlamento? A constituinte de 1933-34*. Brasília: UnB, 1983. Dissertação de Mestrado. P. 07.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo. *As Salvações nacionais: o caso do Ceará (1912-1914)*. Brasília: UnB, 1984. Dissertação de Mestrado. P. 06.

_____. Sobre gênero, sexualidade e o segredo de Brokeback Mountain: uma história de aprisionamento. In STEVENS, Cristina M. T.; NAVARRO-SWAIN, Tânia (orgs.). A construção dos corpos: perspectivas feministas. Florianópolis: Editora Mulheres, 2008.

MUNIZ, Diva do Couto Gontijo e SALES, Eric. Cultura historiográfica e história: a produção acadêmica do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (1976-2006). In Textos de História: Revista do Programa de Pós- Graduação em História da UnB: Dossiê: A escrita da História: os desafios da multidisciplinaridade. Brasília: UnB, vol. 15, n. 1/2, 2007 (2008).

OLIVEIRA, José Flávio de. Programa de Pós-Graduação em ciências sociais na UNIMEP – área de história e sociologia. In Revista Brasileira de História. São Paulo, ano 3 (5): 67-72, mar. 1983.

PALM, Roberto. A abertura do rio Amazonas à navegação internacional e o parlamento brasileiro. Brasília: UnB, 1984. Dissertação de Mestrado. P. 07.

PETERSEN, S. R. F. Linhas de pesquisa e as dissertações/teses nos programas de pós-graduação em História: algumas ideias para discussão. In Anos 90, Porto Alegre, UFRGS., v. 6, p. 154-164, 1996.

PIAZZA, Maria de Fátima Fontes. A invasão espanhola na ilha de Santa Catarina. Brasília: UnB, 1978. Dissertação de Mestrado. P. 06.

PINHEIRO, Salete Favin. Por uma história das trabalhadoras rurais sindicalistas no Rio Grande do Sul (1980-1997). Brasília: UnB, 1999. Dissertação de Mestrado. P. 06.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In SILVA, Zélia (org.). Cultura histórica em debate. São Paulo: UNESP, 1999.

REIS, José Carlos. As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 07.

RÜSEN, Jörn. Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão Rezende Martins. Brasília: EdUnB, 2001.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Ideologia, propaganda e imaginário social na construção de Brasília. Brasília: UnB, 1990. Dissertação de Mestrado. P. 12.

SARAIVA, José Flávio Sombra. História na UnB: vinte anos de pós-graduação: 1976-1996. Brasília: Departamento de História, 1996.

SILVA, Joelma Rodrigues da. Mulher: “pedra preciosa”: prostituição e relações de gênero em Brasília (1957-1961). Brasília: UnB, 1995. Dissertação de Mestrado. P. 07.

SILVA, Ledenice Damásio da. Os processos de inserção e rejeição socioeconômica do negro: uma contribuição para a história de Cantagalo, 1850-1930. Brasília: UnB, 1980. Dissertação de Mestrado. P. 06.

SILVA, Raul. Influência política da Igreja Católica na Assembleia Nacional Constituinte de 1933/34. Brasília: UnB, 1978. Dissertação de Mestrado. P. 07.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história. Brasília: EdUnB, 2008.

SOBRE O AUTOR

Eric Sales é mestre em História pela Universidade de Brasília e professor Temporário da Secretária de Estado de Educação (DF).

Recebido em 26/02/2014

Aceito em 19/06/2014